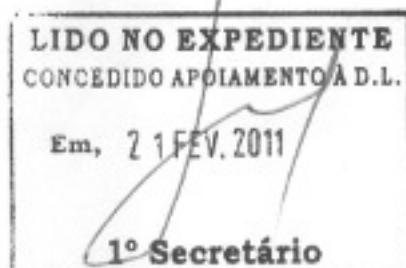




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº. 060/11

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. – A Súmula da Lei Estadual nº. 15.267, de 18 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

SÚMULA: Assegura à pessoa com deficiência física, mental e sensorial, prioridade de vaga em Escola Pública próxima de residência, conforme especifica.

Art. 2º. – O artigo 3º. da Lei Estadual nº. 15.267, de 18 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. – Ficam excluídos da prioridade de que trata o art. 1º., os estabelecimentos de ensino que não possuem as condições necessárias à educação de portadores de deficiência física, mental e sensorial.

Art. 4º. – Revoga-se a redação anterior dos dispositivos mencionados da Lei Estadual nº. 15.267/2006.

Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2011.


NEREU MOURA
Deputado Estadual





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem como objetivo facilitar a vida dos portadores de deficiência física, mental e sensorial, uma vez que permitindo a estas pessoas a possibilidade de estudar próximo de sua residência, será evitado que muitos deles deixem de freqüentar uma Escola Pública.

Por outro lado, é importante ressaltar que a presente iniciativa não ocasiona qualquer tipo de gastos ao erário público, por isso, trata-se de um projeto amparado na legalidade, na constitucionalidade e no interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 060/11

Projeto de Lei nº 060/11

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Assegura à pessoa com deficiência física, mental e sensorial, prioridade de vaga em escola pública próxima a sua residência, conforme específica.

EMENTA: ALTERAÇÃO DA SÚMULA E DO ARTIGO 3º DA LEI 15.267/2006. DEFICIENTE FÍSICO, MENTAL E SENSORIAL. PRIORIDADE DE VAGA EM ESCOLA PÚBLICA. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. EMENDA SUSTITUTIVA GERAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo alterar a súmula e o artigo 3º da Lei 15.267, de 18 de setembro de 2006, a fim de incluir a deficiência física entre as relacionadas na lei.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Observa-se da presente iniciativa o propósito de alterar a súmula da Lei nº 15.267/2006 para acrescentar **“pessoa com deficiência física, mental e sensorial”**, bem como, acrescentar no artigo 3º a deficiência **“física”**.

Cumpra salientar que é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre direito à educação, bem como, à integração social das pessoas portadoras de deficiência, conforme o artigo 24, IX e XIV, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, considerando tratar-se de lei, de origem da Assembleia Legislativa, de autoria da então Deputada ARLETE CARAMÊS, não resta dúvida que, com base no **princípio do paralelismo das formas**, segundo o qual os atos jurídicos, quando interligados, devem apresentar o mesmo instrumento de exteriorização, o nobre parlamentar NEREU MOURA, autor do presente projeto, possui competência plena para a propositura do mesmo, no sentido de alterar a lei original.

Diante disso, reitera-se, ainda, o fundamento artigo 12, da Lei Complementar nº. 95/98:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

- I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;**
- II – mediante revogação parcial;**
- III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras: (...)**

No, quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei **não** está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95 de 1998, por isso sugerimos a **EMENDA SUBSTITUTIVA EM ANEXO**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA SUBSTITUTIVA EM ANEXO**.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº. 060/11

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §2º, do Regimento Interno, passa o projeto de lei a contar com a seguinte redação:

Súmula: Altera a Lei Estadual n. 15.267, de 18 de setembro de 2006, que assegura à deficiente físico prioridade de vaga em Escola Pública próxima da residência.

Art. 1º. A Súmula da Lei Estadual nº 15.267, de 18 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Sumula: Assegura à **pessoa com deficiência física, mental e sensorial**, prioridade de vaga em Escola Pública próxima da residência, conforme especifica.*

Art. 2º. O artigo 3º da Lei Estadual nº 15.267, de 18 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:


*"Art. 3º. Ficam excluídos da prioridade de que trata o art. 1º, os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência **física, mental e sensorial**."*






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 060/2011

Súmula: Assegura à pessoa com deficiência física, mental e sensorial, prioridade de vaga em Escola Pública próxima de residência, conforme específica.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por finalidade a alteração da súmula da Lei nº 15.267/2006 para acrescentar "**pessoa com deficiência física, mental e sensorial**", bem como, acrescentar o artigo 3º a deficiência "**física, mental e sensorial**".

Ressalta-se que o referido projeto está em plena consonância com o que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Dessa forma, a prioridade de vaga em Escola Pública próxima à residência do aluno com deficiência física, mental e sensorial, auxiliará não só no seu deslocamento, como também evitará que muitos abandonem a escola, haja vista os transtornos operacionais e consideráveis despesas com transporte.

Nesse mesmo sentido o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que Promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nos ensina que é dever do Estado proporcionar e zelar pela plena e efetiva igualdade de condições com as demais pessoas, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia

"Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.

2. Em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o superior interesse da criança receberá consideração primordial." (grifo nosso).

Ressalta-se que muito embora a Lei Federal (nº 11.700/2008), assegure vaga em escolas públicas de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência, tal legislação não estende o mesmo direito aos alunos de ensino médio e curso superior em escola pública.

Enfim, verifica-se que o objeto do referido projeto é preencher e complementar o ordenamento jurídico, ampliando tal direito a todas as pessoas com deficiência física, mental e sensorial do Estado do Paraná.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões em, 24 de ^{MAIO} de 2011.





EVANDRO JUNIOR

Presidente da Comissão



PR. EDSON PRACZYK

Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Caíto Quintana

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE
E DO IDOSO
PARECER AO PROJETO DE LEI 060/11

Projeto de Lei nº 060/11

Autor: Deputado Nereu Moura

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, visa assegurar à pessoa com deficiência física, mental e sensorial, prioridade de vaga em escola pública à sua residência.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Faz-se necessário a apresentação deste Projeto de Lei para que se facilite a vida dos portadores de deficiência física, mental e sensoril, permitindo a estas pessoas a possibilidade de estudar próximo de sua residência.

Evita-se, assim, que muitos dos estudantes deixem de freqüentar uma escola pública.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria relevante e, por não haver óbice, exaramos Parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei, opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

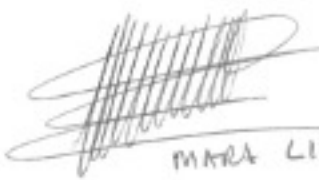
Sala das Comissões. 13 de junho de 2011.


Deputada ROSE "LITRO"

PRESIDENTE



Deputado CAÍTO QUINTANA

RELATOR


MARC LIMA


MARCELA FURGK

ANTONIO AMARAL
NETO


ELTON WELTEN



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 1801/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAR. 2011

1º Secretário

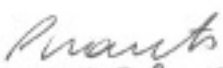
Súmula: Inclui ao artigo 1º da Lei 13400 de 21 de dezembro de 2001 a expressão **AGÊNCIAS LOTÉRICAS**.

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º "caput" da Lei nº 13.400 de 21 de dezembro de 2001, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º – Fica determinado que as instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como os supermercados e agências lotéricas, deverão colocar a disposição dos seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixa, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de março de 2011


Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	5322
EM	15/03/11
	
FUNCIONÁRIO	

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei aqui proposto tem por objetivo disciplinar a questão do tempo de espera para o atendimento da população em agências lotéricas, sempre fazendo alusão ao bem-estar da população.

Ressalta-se que este Projeto visa adequar a Lei em questão, evitando que os cidadãos permaneçam por tempo indeterminado aguardando atendimento.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 02 de março de 2011


Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Lei nº 180/2011.

Autor: Deputado Estadual Plauto Miró

Súmula: Inclui ao Artigo 1º da Lei 13.400 de 21 de dezembro de 2001 a Expressão Agências Lotéricas.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Plauto Miró tem por finalidade incluir no artigo 1º da Lei Estadual nº 13.400, a expressão Agências Lotéricas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembléia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

Tendo em vista que o presente projeto visa estabelecer um atendimento razoável aos consumidores, a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, estabelece competência legislativa concorrente a respeito da produção e consumo, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(grifo nosso).

A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado. A respeito do tema, Marçal Justen Filho define:

"Empresa Pública "é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa..."

Diante disto, verifica-se que A Caixa Econômica Federal faz parte da Administração Pública Indireta da União, tendo que adequar-se as regras estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor.

No artigo 6º, X, do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, dentre os direitos do consumidor previstos neste, encontra-se também o direito a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

(grifo nosso).

Diante do exposto, conclui-se que as Agências Lotéricas também devem adequar-se as regras estabelecidas pelo CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, inexistindo óbices a normal tramitação da presente proposição.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.

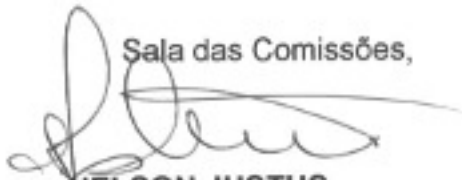


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de de 2011.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


ELIO RUSCH
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 180/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Guimarães, tem por objetivo incluir ao artigo 1º da Lei nº 13400/01 a expressão agências lotéricas.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

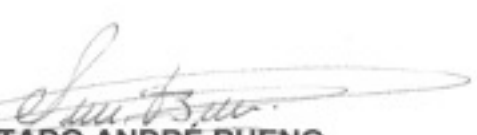
A questão do tempo de espera para o atendimento à população em agências lotéricas é a principal finalidade da matéria, evitando que os cidadãos permaneçam por tempo indeterminado aguardando atendimento.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise, Deputado Nereu Moura,
Deputado Pedro Lupion, Deputada Rose Litro.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 180/11

Com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Indústria e Comércio, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33. Cabe as Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 14. À Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; **manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como, receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.** – gn

Neste sentido, propõe o Deputado Plauto Miró a inclusão das agências lotéricas no rol de fornecedores submetidos ao disposto na Lei nº 13.400/2001.

Assim, estando mantido o objetivo da Lei e tão somente incluindo-se as agências lotéricas à sua submissão, é de se considerar vantajosa ao consumidor a alteração proposta, uma vez que, confere maior amplitude às medidas ali existentes.

Isto porque, os serviços delegados pela Caixa Econômica Federal para as agências Lotérica são: o recebimento de contas de concessionárias (água, luz e telefone), carnês, prestações, faturas e documentos de diversos convênios, os serviços financeiros como correspondentes da CAIXA autorizados pelo Banco Central e os Pagamentos dos Benefícios da Rede de Proteção Social, com o objetivo de favorecer a população, propiciando maior comodidade, conforme informa a própria Caixa.

Ou seja, trata-se de prestação de serviço assemelhado, totalmente inserido no contexto da legislação em apreço.


É, assim, o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei.


Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.


Deputado LEONALDO PARANHOS
Presidente


Relator

Adelino Ribeiro
Deputado Estadual


PERICLES
DE AELLO


CLEYTON
KIESEL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI Nº 366/11

SÚMULA: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer)

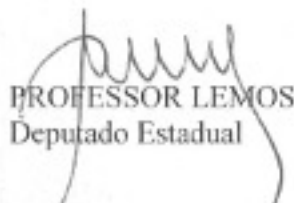
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 53 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei 15.876 de 07 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica assegurada aos professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 02 de maio de 2011.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta no projeto de Lei em tela, visa assegurar aos funcionários de escola, o disposto na lei 15.876 de 07 de julho de 2008 que cria o benefício da meia-entrada para os professores no Estado do Paraná.

Desta forma, os funcionários de escola poderão também ter acesso facilitado e estimulado aos bens culturais, formas diversas de expressão, dos costumes e da ciência, disponíveis em nossa sociedade.

Assim, incentivar e oportunizar a participação também de funcionários em eventos culturais em seus mais variados aspectos é promover a cidadania que é uma das funções basilares do estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 366/11

Projeto de Lei nº. 366/11

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº. 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer).

EMENTA: ALTERA O ART. 1º DA LEI 15.876 DE 07 DE JULHO DE 2008. MEIA-ENTRADA PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE PÚBLICA OU PRIVADA DE ENSINO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 63 E 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Professor Lemos tem como intuito alterar o artigo 1º da referida Lei, visando assegurar aos funcionários da rede pública e particular de ensino o benefício da meia-entrada, haja vista hoje a Lei só beneficia aos professores da rede de ensino.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente cabe ressaltar que a Lei objeto da alteração, foi elaborada pela então Deputada Rosane Ferreira, no ano de 2008, beneficiando aos professores com o direito de pagar somente metade do ingresso para casas de diversão e cultura.

O processo legislativo no que se refere à Lei ordinária, que é o caso em tela, está tipificado na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 63, inciso III, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

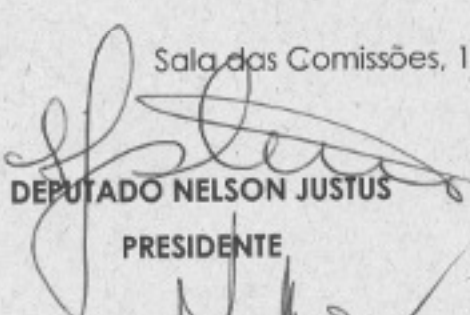
Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

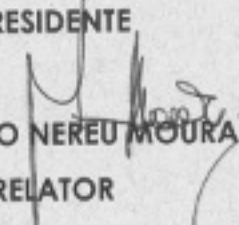
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de Maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR





Comissão de Cultura

Projeto de Lei nº 366/11

Assunto: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções.

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos

Parecer

O Projeto de Lei nº 366/11, em referência, de autoria do Deputado Professor Lemos, altera a redação do artigo 1º, da Lei 15.876 de 07 de julho de 2008 e através de seu artigo 1º, objetiva *"assegurar aos professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo território do Estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversão, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural"*.

Ao analisar o Projeto de Lei nº 366/11, esta Comissão observou que o benefício da meia-entrada para professores já está previsto na Lei Estadual nº 15.876, de 07 de julho de 2008. Salientamos que a diferença entre a lei estadual e o projeto apresentado reside na extensão dos benefícios a todos os funcionários da rede de ensino público e particular, fato que não ocorre na legislação estadual vigente, que prevê meia-entrada apenas para professores.

É incontestável o valor social da pretendida alteração. Tanto professores quanto funcionários da rede de ensino precisam ter acesso facilitado a manifestações artísticas e esportivas de nossa cultura. Não se trata apenas de proporcionar-lhe lazer, embora isto também seja relevante. Importa, acima de tudo, estimular a integração social, criar-lhes espaços de reflexão, auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e crítica, enfim, impulsionar sua formação ampliando seus conhecimentos como formadores de opinião, podendo transferir isso aos alunos e demais colegas de trabalhos. E é exatamente isto que o projeto em análise objetiva proporcionar. Ele atende a parte significativa do art. 6º da Constituição Federal, segundo o qual são direitos sociais fundamentais, entre outros, o lazer e a educação.

Restam compatibilizados, os princípios constitucionais da livre iniciativa, da função social da propriedade e da redução das desigualdades regionais e sociais. Afinal de contas, se é papel do Estado zelar pelo desenvolvimento da

economia do País, ele o faz, em última análise, com vistas a estimular o desenvolvimento social.

Assim, do ponto de vista dessa Comissão de Cultura, sustenta-se a proposta em análise à luz do princípio da função social da propriedade e, ademais, em dispositivos expressos da Constituição da República, em especial o seu art. 6º, que relaciona o lazer e a educação como direitos fundamentais do homem.

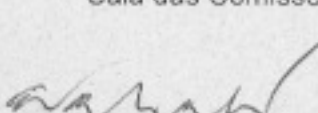
Entendemos, porém, que a legislação vigente que concede a meia-entrada deve ser aprimorada e a tramitação do projeto ora em estudo pode constituir uma oportunidade para promover esse aprimoramento.



Destarte, qualquer distinção feita por lei é válida, desde que o fator distintivo esteja a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito. O que queremos dizer, com isso, é que qualquer tratamento especial a um determinado grupo deve ser uma medida que reduza os elementos que tornam esse grupo desigual na sociedade.

Assim, por estar em consonância com vários princípios, tais como os da igualdade, função social da propriedade, solidariedade, entre outros, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 366/11 ampliando, dessa forma o benefício aos funcionários da rede de ensino.

É como opinamos.

Sala das Comissões, 08 de junho de 2011.


Comissão de Cultura



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 366/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo alterar redação do artigo 1º da Lei nº 15876/08, que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Cultura, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A matéria em referência visa assegurar aos funcionários de escola o benefício da meia-entrada concedido aos professores através da Lei nº 15876/08, estimulando assim, o acesso aos bens culturais.


DA CONCLUSÃO

Assinatura manuscrita em tinta preta, consistindo de uma série de traços fluidos e entrelaçados.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



Ngr



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 366/2011

Projeto de Lei nº. 366/2011

Autoria: Dep. Professor Lemos

Súmula: Altera a redação do artigo 1º, no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer).

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo alterar a redação da Lei 15.876/2008, concedendo o benefício do pagamento da meia entrada em espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural a todos os funcionários da rede de ensino público e particular.

Recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça, de Cultura e de Indústria e Comércio, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o único objetivo do projeto em tela é estender o benefício do pagamento de meia entrada a todos os funcionários da rede de ensino público e particular, sendo que a Lei original alcançava apenas os professores.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

A concessão do benefício aos funcionários das escolas amplia o acesso à cultura, somando valores às pessoas responsáveis por educar e repassar tais valores à sociedade. É um meio de assegurar com que as pessoas que convivem diariamente com os alunos estejam atualizadas nos assuntos de interesse deles.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2011.

EVANDRO JR.
Vice-Presidente

ANIBELLI NETO
Relator



OF/CTL/CC nº1050/2011

Curitiba, 30 de maio de 2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 MAIO 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - A DAP p/ leitura no expediente.

II - A DL para presidente
E, 30. maio 2011

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 022/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 204/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 204/11, de autoria do Deputado César Silvestre Filho, versa sobre a isenção de taxas para a expedição de segunda via de documentos e certidões a cidadãos residentes em municípios em que o Poder Público tenha decretado estado de emergência ou de calamidade, cuja moradia tenha sido afetada por acidente ou eventos naturais.

Primeiramente, vejamos o que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 2º:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Partindo deste pressuposto, constato que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 18. A organização política administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.041.984-8



Além da evidente afronta ao princípio da harmonia dos poderes, conforme suscitado no paragrafo supra, o presente Projeto de Lei adentra na autonomia própria dos entes federativos, vez que pretende atribuir isenções de tributos que compreendem ao orçamento de outros entes federados. A Carta Magna, por si só, nos traz a interdependência entre os entes federativos.

Ainda, no que tange a autonomia dos Poderes, vale mencionar, a título ilustrativo, o órgão expedidor da carteira de identidade, que é o Instituto de Identificação do Estado, órgão subordinado a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, que, por sua vez, possui sua organização diretamente ligada a iniciativa privativa do Governador, senão vejamos o que dispõe o contido no artigo 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Logo, o Poder Legislativo não possui competência para propor o presente Projeto de Lei, no que tange a isenção da taxa de expedição de segunda via da carteira de identidade, cabendo, única e exclusivamente, ao Governador do Estado, consoante artigo supra.

Outrossim, estaríamos diante de uma renúncia de créditos tributários. Sob tal fato, vejamos o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

No mesmo sentido é a redação do artigo 16 da referida Lei:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

Compulsando o presente Projeto de Lei, constatei que não há qualquer menção, ou demonstração, do real impacto econômico/financeiro, o que, por si só, inviabiliza qualquer tentativa de renúncia de créditos tributários.

Outrossim, não podemos olvidar que a questão ora exposta é de caráter transitório, devendo ser tratada de maneira excepcional enquanto perdurar a situação, levando-se em consideração a peculiaridade de cada caso, bem como sua dimensão.

Ainda, oportuno salientar que, para a isenção de taxas, é necessário Lei Específica para cada tributo, como preceitua o artigo 130 da Constituição Estadual. Vejamos:

Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, da Constituição Federal.

Isto posto, seria necessário um projeto de lei individual para cada isenção pretendida, bem como estudo do impacto que a referida medida acarretaria ao erário, exigências que não foram sequer minimamente atendidas no caso em tela.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 013/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 013/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 204/11, de autoria do Deputado César Silvestri Filho, que isenta de taxas a expedição de segunda via de documentos a vítimas de catástrofe natural.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 204/11, de autoria do Deputado César Silvestri Filho que, isenta de taxas a expedição de segunda via de documentos a vítimas de catástrofe natural, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

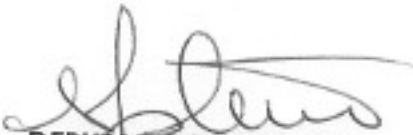


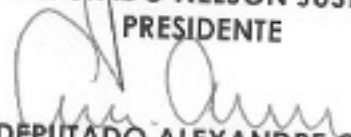
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 204/11

(Autoria da Deputada César Silvestre Filho)

Isenta de taxas a expedição de segunda via de documentos a vítimas de catástrofe natural.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica isenta de taxas, a qualquer título, a expedição de segunda via de documentos e certidões previstos nesta Lei, a cidadãos residentes em municípios em que o Poder Público tenha decretado estado de emergência ou de calamidade, cuja moradia tenha sido afetada por acidente ou eventos da natureza.

Art. 2º A isenção prevista no Art. 1º será requerida até sessenta dias a contar do levantamento do estado de emergência ou calamidade e abrange os seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - Carteira de Habilitação;
- III - Certificado de Registro de Veículo;
- IV - Certidão de Nascimento;
- V - Certidão de Casamento e
- VI - Certidão de Registro de Imóveis.

Art. 3º Na ocorrência de calamidade ou de catástrofes naturais de menor abrangência, em que o Poder Público Municipal ou Estadual não decreta estado de emergência ou calamidade pública, a comprovação da ocorrência será feita mediante declaração do órgão de Defesa Civil correspondente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 204/11 – fls. 02.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 02 de maio de 2011.

VALDIR ROSSONI
Presidente

Plauto Miró Guimarães Filho
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Reni Pereira
RENI PEREIRA
2º Secretário